

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

Membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) com direito a voto					
Vaga	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação	Representação por procuração
01	SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro	Titular	Presente	
		Caroline Túbero Bacchin	Suplente	Presente	
02	Sec. da Fazenda e Planejamento	Flávio Makoto Hashimoto	Titular	Presente	
		Luis Henrique Martins Moreira	Titular	Ausente	
	SABESP	Hélio Rubens G. Figueiredo	Suplente	Presente	
03	Sec. de Desenvolvimento Regional	Adilson Nunes Fernandes	Suplente	Ausente	
		Gabriel Chamma Júnior	Titular	Ausente	
	CETESB	Ademir Cleto de Oliveira	Titular	Ausente	
04	Secretaria da Saúde	Maria da Penha de Oliveira Alencar	Suplente	Ausente	
		Luiz Alberto Buschinelli Carneiro	Titular	Presente	
	DAEE	Marco César Prado	Titular	Ausente	
		Felipe Gobet de Aguiar	Suplente	Presente	
05	Sec. de Agricultura e Abastecimento	Sarah Janaina Menuzzo Quental	Suplente	Presente	
		Henrique Bellinaso	Titular	Presente	
06	IGAM-MG	Denis Herisson da Silva	Suplente	Ausente	
	Instituto Mineiro de Agropecuária	Maria de Lourdes A. Nascimento	Titular	Ausente	
07	P.M. de Limeira	Mariana Cristina Souza Santos	Suplente	Ausente	
		Mário Celso Botion	Titular	Ausente	
	P.M. de Jundiá	Simone Fernanda Zambuzi	Titular	Ausente	
		Luiz Fernando Arantes Machado	Suplente	Ausente	
08	P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Martim de França Silveira Ribeiro	Suplente	Presente	
		Rafael Piovezan	Titular	Ausente	
	P.M. de Cordeirópolis	Laerson Andia Júnior	Titular	Ausente	
		José Adinan Ortolan	Suplente	Ausente	
09	P.M. de São Pedro	Joaquim Dutra Furtado Filho	Suplente	Ausente	
		Thiago Silvério da Silva	Titular	Ausente	
	P.M. de Holambra	Danilo de Albuquerque	Titular	Ausente	
		Fernando Henrique Capato	Suplente	Ausente	
10	P.M. de Louveira	Petrus Bartholomeus Weel	Suplente	Justificado	
		Estanislau Steck	Titular	Presente	
	P.M. de Americana	Mateus Bento Batista Arantes	Titular	Presente	
		Francisco Antonio Sardelli	Suplente	Ausente	
11	P.M. de Saltinho	Carlos Cesar Gimenez Zappia	Suplente	Ausente	
		Hélio Franzol Bernardino	Titular	Ausente	
	P.M. de Piracaia	João Francisco de Lima	Titular	Ausente	
		José Silvino Cintra	Suplente	Ausente	
12	P.M. de Camanducaia	Stela Dalva Sorgon	Suplente	Presente	
		Rodrigo Alves de Oliveira	Titular	Ausente	
	P.M. de Toledo	Saulo Tarsis Paiva Vieira	Titular	Presente	
		Édio Donizeti Leme	Suplente	Ausente	
13	ASSEMAE	Damião Aparecido do Couto	Suplente	Ausente	
		Hugo Marcos Piffer Leme	Titular	Presente	
14	SABESP	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Suplente	Presente	
		Maurício Polezi	Titular	Justificado	
	ABCON	Wilson Aparecido Stocco	Titular	Presente	
15	FIESP	Ana Paula Fernandes Abrahão	Suplente	Presente	
	UNICA	Alexandre Luis Almeida Vilella	Titular	Presente	
16	CIESP-DR Limeira	André Elia Neto	Suplente	Ausente	
	CIESP-DR Bragança Paulista	Jonas Vitti	Titular	Presente	
17	Sindicato Rural de Rio Claro	Michele Consolmagno	Suplente	Presente	
	Sindicato Rural de Campinas	João Primo Baraldi	Titular	Presente	
		Luís Fernando Amaral Binda	Suplente	Ausente	

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

18	FIEMG	Mylene Nascimento R. de Oliveira	Titular	Presente	
	SINMEC	Raquel da Silva	Suplente	Ausente	
19	AEAN	Edmo José Stahl Cardoso	Titular	Presente	
	ABES-SP	Luis Eduardo Gregolin Grisotto	Suplente	Ausente	
20	Consórcio PCJ	Francisco Carlos Castro Lahóz	Titular	Presente	
		Jussara Cordeiro Santos	Titular	Ausente	
	SINDAE	Renan Roncolato Pereira de Almeida	Suplente	Ausente	
21	Rotary International-D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi	Titular	Presente	
	Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco	Suplente	Presente	
22	IPSA-C	Rodrigo Hajjar Francisco	Titular	Presente	
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Suplente	Presente	
23	INEVAT	Francisco Antonio Moschini	Titular	Justificado	
	Associação Terceira Via	Nelson Luiz Neves Barbosa	Suplente	Presente	
24	BIOSS	Sidney José da Rosa	Titular	Ausente	
	CREA-MG	Érika Albino de Souza Macedo Cruz	Suplente	Ausente	

Membros sem direito a voto				
Representação	Sigla da Entidade	Representante	Função	Participação
CT-AS	IPA	Sibele Ezaki	Coordenador	Presente
	IPT	José Luiz Albuquerque Filho	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-EA	ASSEMAE	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira	Coordenadora	Presente
	INEVAT	Francisco Antônio Moschini	Coordenador-adjunto	Justificado
CT-ID	EESC/SHS	Tadeu Fabrício Malheiros	Coordenador	Presente
	ABES-SP	Dafne Côrrea da Silva	Coordenadora-adjunta	Ausente
CT-Indústria	CIESP-DR Campinas	Jorge Antonio Mercanti	Coordenador	Presente
	CIESP-DR Campinas	Vlamir Kanashiro	Coordenador-adjunto	Presente
CT-MH	FIESP	Alexandre Luís Almeida Vilella	Coordenador	Presente
	ASSEMAE	Paulo Roberto Szeligowski Tinel	Coordenador-adjunto	Presente
	SANASA	Luís Filipe Rodrigues	2º Coordenador-adjunto	Presente
CT-OL	INEVAT	Cecília de Barros Aranha	Coordenadora	Presente
	DAEE	Ariana Rosa Bueno Damiano	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-PB	DAEE	Caroline Túbero Bacchin	Coordenador	Presente
	IPSA-C	Raquel Eliana Metzner	Coordenadora-adjunta	Presente
CT-RN	IZ/APTA	João José Assumpção de Abreu Demarchi	Coordenador	Presente
	AAMHOR	Miguel Madalena Milinski	Coordenador-adjunto	Presente
CT-Rural	Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi	Coordenador	Presente
	SAA	Denis Herisson da Silva	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SA	P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes	Coordenador	Presente
	ABES-SP	Luís Eduardo Gregolin Grisotto	Coordenador-adjunto	Ausente
CT-SAM	ABES-SP	Roseane Maria Garcia Lopes de Souza	Coordenadora	Presente
	FT/UNICAMP	Cassiana Maria Reganhan Coneglian	Coordenadora-adjunta	Presente

Demais presentes	
Sigla da Entidade	Representante
Fundação Agência das Bacias PCJ	Sergio Razera – Diretor-presidente
	Ivens de Oliveira – Diretor Administrativo e Financeiro
	Patrícia Barufaldi – Diretora Técnica
	Eduardo Léo – Coordenador de Sistemas de Informação
	Katia Rossi Gotardi Piccin – Coordenadora de Gestão
	Vanessa Cristina Bortolazzo Longato – Coordenadora de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

Fundação Agência das Bacias PCJ	Marina Barbosa – Assessora Ambiental
	Allan Patrick
	Bruna Petrini
	Danilo Carlos Ferreira Costa
	Diogo Pedrozo
	Douglas Brunelli
	Gabriel Sobreira
	Jairo Campos
	Kátia Cezarino
	Kaique Barretto
	Karla Romão
	Leonardo L. Baumgratz
	Lívia Maria Ongaro Modolo
	Rebeca Silva
	Roberta Dalfré
	Tainá Lima de Moura
Thamiris Cardoso	
Tiago Georgette	
Consórcio PCJ	Flávio Forti Stenico
P.M. de Piracaia	Alcista Hummel

Pauta e abertura. A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL) por meio de mensagem eletrônica em 24/02/2023. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum para o início da reunião. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as normas para a realização de reuniões por videoconferência e informado que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. André passou a palavra ao Sr. Estanislau Steck, Prefeito do Município de Louveira/SP, que desejou a todos uma excelente reunião. Dando continuidade, o Sr. André apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade, dando-se início aos trabalhos. **1. Informes: 1.1 da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, passou a palavra para o Sr. Douglas Brunelli, Assessor Técnico da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos da Fundação Agência das Bacias PCJ, que informou que: **a)** a Agência Nacional de

Águas e Saneamento Básico (ANA) está com inscrições abertas para cursos de capacitação voltados para a regulação e gestão das águas e saneamento. Após atualização do seu portal de capacitação, os cursos da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) estão sendo disponibilizados por meio da Escola Virtual de Governo (EV.G). Os cursos são gratuitos, de curta duração e realizados por ensino a distância (EaD), com a emissão de certificados. O fomento a capacitação está previsto no Plano de Capacitação dos Comitês PCJ 2022-2025. Os certificados devem ser encaminhados para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, para registro em banco de dados. O Sr. Douglas complementou informando os passos para acessar as capacitações em recursos hídricos e assuntos correlatos do portal da EV.G. Em seguida, o Sr. André informou que: **b)** as prefeituras municipais têm até o dia 31/03/2023 para realizar o preenchimento do Formulário IGR/Parcela IRS na Plataforma de Gestão de Resíduos Sólidos para o ano de 2023 (ano base 2022). A ferramenta tem a finalidade de avaliar a gestão municipal de resíduos sólidos e subsidiar as ações dos Planos de Bacias e do Plano Estadual de Recursos Hídricos, além da tomada de decisão na formulação de políticas de apoio aos municípios e consórcios intermunicipais; **c)** em 02/03, ocorreu a 1ª Reunião do Fórum Paulista de Comitês de Bacias Hidrográficas (FPCBH) de 2023, por videoconferência. Discutiu-se sobre o Documento Estratégico referente ao fortalecimento do Sistema Integrado de

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

- 65 Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) do Estado de São Paulo; a atuação dos novos agentes técnicos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO); a organização do *stand* do FPCBH no Fórum Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (FNCBH) e a transição da Coordenação do FPCBH para o mandato 2023-2025; **d**) em 24 e 28/02, foram homologados pela Comissão Eleitoral dos Comitês PCJ os resultados das eleições para os segmentos “Organizações Cívicas” e “Usuários de Recursos Hídricos”. As instituições eleitas têm até 07/03 para enviar a indicação dos seus representantes nos plenários do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL. A posse e as demais definições (órgão de governo e municípios; membros da CT-PL; representação em outros colegiados; dentre outros) será realizada em 30/03, durante a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ; **e**) em 13/02, foi encaminhado a todos os membros dos Comitês PCJ o Ofício Circular Comitês PCJ nº 88/2023, referente ao envio de questionário sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos nas Bacias PCJ, com vistas à coleta de subsídios para a construção de propostas de aperfeiçoamento para os mecanismos e valores vigentes. O Sr. André solicitou apoio das entidades associativas de usuários para o envio dos questionários aos seus associados; **f**) em 09/03, será realizada a Oficina sobre a revisão de mecanismos e valores das cobranças PCJ Paulista e Federal. A Oficina será das 9:00 às 16:30 horas, no CIESP-Campinas/SP, e serão abordados assuntos relacionados a metodologia e produtos desenvolvidos e em desenvolvimento pela HIDROBR, as proposições iniciais de inovações e aperfeiçoamentos de mecanismos e valores de cobrança; **g**) a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHi) do Estado de São Paulo avaliou o Relatório de Situação PCJ 2022 (ano base 2021) e conferiu a nota máxima 10,0 (dez). O Sr. André parabenizou a todos os envolvidos; e **h**) a 29ª Reunião Ordinária dos Comitês PCJ ocorrerá em 30/03/2023, de modo presencial na Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), em Piracicaba/SP, às 9:30 horas; e a 57ª Reunião Extraordinária da CT-PL ocorrerá em 28/04/2023, de modo presencial na PUC-Campinas – Campus I, em Campinas/SP, às 9:30 horas. O Sr. André solicitou aos membros que reservem as datas em suas agendas de trabalho. **1.2 da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Ivens de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação Agência das Bacias PCJ, que cumprimentou a todos e informou que: **a**) o “Projeto Cantareira PCJ”, foi lançado em 26/01, na Câmara Municipal de Piracaia. Os recursos são provenientes da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), no contexto do cumprimento de medidas condicionantes da outorga do Sistema Cantareira (SC). Serão desenvolvidas ações relacionadas à proteção de microbacias voltadas ao abastecimento público nos municípios da Bacia do Cantareira: Bragança Paulista, Joanópolis, Nazaré Paulista, Piracaia, Vargem, Camanducaia, Extrema, Itapeva e Sapucaí-Mirim. **b**) As ações deverão garantir mais água para o SC e terão investimento de R\$ 8.750.000,00 (oito milhões e setecentos e cinquenta mil reais) ao longo dos próximos 5 (cinco) anos; **b**) foi encaminhado o Ofício Agência das Bacias PCJ nº 015/2023 aos membros dos Comitês PCJ informando que, por recomendação da auditoria da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), não é permitida às empresas ou instituições contratadas pela Fundação Agência das Bacias PCJ a realização de quaisquer pagamentos aos membros participantes nas diversas instâncias dos Comitês PCJ, em virtude de configurar eventual conflito de interesse e afronta ao princípio da moralidade, conforme disposto no Art. 37 da Constituição Federal. A Fundação Agência das Bacias PCJ deve considerar como referência para a realização de processos licitatórios a Resolução ANA nº 122/19 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666/93 e, a partir de 01/04/2023, a Lei Federal nº 14.133/21, sendo que os referidos normativos respeitam todos os princípios estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal; **c**) a Fundação Agência das Bacias PCJ encaminhou, em 01/03/2023, o relatório anual dos resultados do Contrato de Gestão ANA, exercício 2022. Foram apresentados os indicadores e metas do Programa de Trabalho (Anexo II); **d**) na sequência, a Sra. Patrícia Gobet de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação Agência das Bacias PCJ, informou que a convite da *The Nature Conservancy* (TNC), a Fundação Agência das Bacias PCJ participou do evento da Aliança Latino-Americana de Fundos de Água, que ocorreu entre os dias 31/01 a 02/02/2023, em Bogotá, na Colômbia. As organizações de Fundos da Água se reuniram na Colômbia para compartilhar ideias, experiências e aprendizados relevantes para a segurança hídrica da América Latina e do Caribe. Estiveram presentes a Sra. Marina Peres Barbosa, representante da Fundação Agência das Bacias PCJ e o Sr. João Demarchi, representante dos Comitês

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

PCJ; e) em 06/02, na sede da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL), estiveram reunidos representantes da Fundação Agência das Bacias PCJ, do Departamento de 175 Águas e Energia Elétrica da Bacia do Médio Tietê (DAEE/BMT) e dos Comitês PCJ, com a Subsecretária de Recursos Hídricos e Saneamento Básico, Sra. Samanta Souza e com a Superintendente do DAEE, Sra. Mara Ramos. Na 180 pauta, foi reforçado a importância do cronograma de conclusão das barragens de Pedreira e Duas Pontes, bem como a priorização do novo barramento no Rio Corumbataí; f) os resultados do Ato Convocatório nº 001/2022 referente a ações financiáveis do PDC 185 1/1.2 - Planejamento e gestão de recursos hídricos, PDC 6/6.2 - Regularização de vazão de cursos d'água e do PDC 7/7.1 - Ações estruturais de micro ou macrodrenagem para mitigação de inundações e alagamentos para obtenção de recursos da Cobrança PCJ Federal. A Sra. Patrícia apresentou o calendário 190 geral com destaque ao período de adequação dos empreendimentos deferidos (documentação técnica e financeira); e g) divulgação do extrato de propostas inscritas e calendário geral do Ato Convocatório nº 002/2022 referente às ações 195 financiáveis com recurso da Cobrança PCJ Federal para o PDC 4 - Proteção dos Corpos d'Água. **1.3 dos membros dos Comitês PCJ:** Em seguida, o Sr. André franqueou a palavra para que os demais 200 membros pudessem fazer seus informes: a) o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que ocorreu em 16/02/2023, no município 205 de Limeira/SP, a 92ª Reunião Ordinária do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, onde se reuniram 12 (doze) prefeitos da região e do sul de Minas Gerais, além das renomadas empresas associadas. Além das 210 eleições da nova diretoria para o biênio 2023-2024, a reunião tratou da situação dos mananciais que melhoraram nas últimas semanas em função das chuvas em todo o Estado de São Paulo e um balanço das atividades educativas realizadas com alunos, professores e comunidade em geral. Apresentou a 215 nova composição da diretoria - Presidente eleito, Sr. Mario Botion, Prefeito de Limeira/SP; Vice-Presidente de Políticas de Recursos Hídricos, Sr. Estanislau Steck, Prefeito de Louveira/SP; Vice-Presidente de Assuntos Institucionais, Sr. Márcio Gustavo Bernardes Reis, Prefeito de Jaguariúna/SP; 220 Vice-Presidente de Integração Regional, Sr. Adinan Ortolan, Prefeito de Cordeirópolis/SP; Vice-

Presidente de Programas Regionais, Sr. Gustavo 225 Perissinoto, Prefeito de Rio Claro/SP; Vice-Presidente de Saneamento e Resíduos Sólidos, Sr. Emil Ono, Prefeito de Atibaia/SP; Vice-Presidente de Ampliação das Disponibilidades Hídricas, Sr. Luciano Santos T. Almeida, Prefeito de 230 Piracicaba/SP; Vice-Presidente de Proteção aos Mananciais, Sr. Martim de França Silveira Ribeiro, representante do DAE Jundiá; Vice-Presidente de Tecnologias e Sistemas de Gestão, Sra. Mariana Sanches, representante da BRK Ambiental; e o 235 Vice-Presidente de Sistemas de Monitoramento das Águas, Sr. Manuelito Pereira Magalhães Junior, representante da SANASA Campinas; b) o Sr. Rodrigo Hajjar Francisco, representante do Fórum das Américas, informou sobre as possíveis 240 alterações do Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS) da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) que foi tema da discussão no Fórum Nacional de Comitês de Bacias 245 Hidrográficas (FNCBH); e c) a Sra. Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE) e Coordenadora da Câmara Técnica de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ, 250 informou que o lançamento do Projeto Gota d'Água 2023, promovido pelo Programa de Educação e Sensibilização Ambiental do Consórcio Intermunicipal das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), ocorrerá no dia 255 10/03/2023, no Salão Nobre da Fundação Municipal de Ensino de Piracicaba (FUMEP), com a realização de uma roda de conversa, intitulada "Mulheres na Gestão da Água". O encontro de abertura do projeto também apresentará o calendário das capacitações, 260 as atividades previstas e a data do seminário de avaliação. O tema dos debates deste ano será "Água para mim, água para nós, minha voz no comitê mirim", e terá como objetivo exercitar a 265 participação dos alunos em colegiados sobre a água, como os comitês de bacias. **2. Aprovação da ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 10/11/2022, por videoconferência.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, questionou aos membros sobre a necessidade de 270 leitura da minuta da ata da 87ª Reunião Ordinária da CT-PL, realizada em 10/11/2022, por 275 videoconferência. A leitura foi dispensada por unanimidade e o Sr. André abriu para manifestações

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

sobre seu conteúdo. Não havendo manifestações, o conteúdo da minuta foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. **3. Parecer Técnico nº 02/2022 da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), referente a manifestação sobre a Portaria GM/MS nº 888/2021, com proposta de plano de amostragem da qualidade da água para consumo humano na área rural.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, explicou tratar do Parecer Técnico nº 02/2022 emitido pela Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, visando encaminhamento de contribuições para a Portaria GM/MS nº 888/2021, que versa sobre procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra. Roseane Maria Garcia Lopes de Souza, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - Seção São Paulo (ABES-SP) e Coordenadora da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), que explanou que o referido documento foi elaborado a partir de discussões e aprimoramento realizados durante as reuniões do Grupo de Trabalho da Portaria nº 888/2021 (GT-Portaria) criado no âmbito da CT-SAM, com o objetivo de debater e propor formas de implementação da legislação, nos Sistemas de Abastecimento de Água para consumo humano (SAA) e Solução Alternativa Coletiva de abastecimento de água para consumo humano (SAC). O grupo se reuniu virtualmente em 14/12/2021 (1ª Reunião), 17/03/2022 (2ª Reunião), 17/08/2022 (3ª Reunião) e 26/10/2022 (4ª Reunião). O parecer passou pela aprovação do GT-Portaria em sua última reunião (26/10/2022) e na 97ª Reunião Ordinária da Câmara de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, realizada em 12/12/2022, de forma virtual. Em seguida, a Sra. Cassiana Maria Reganhan Coneglian, representante da Faculdade de Tecnologia da Universidade Estadual de Campinas (FT/UNICAMP) e Coordenadora-adjunta da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) dos Comitês PCJ, apresentou que a Portaria GM/MS nº 888/2021 alterou o Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05, que estabelece procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade. Desde sua publicação, o setor de saneamento rural tem se preocupado e

330 dedicado ao debate sobre a temática e, como resultado, observou que a norma vigente não considerou a heterogeneidade das formas de abastecimento de água tratada para a população em geral. A Sra. Cassiana corroborou que o referido parecer técnico trouxe a compilação de propostas para pontos de melhoria no Plano de Amostragem da qualidade da água para a Portaria GM/MS nº 888/2021, nos aspectos relacionados à qualidade de água para o consumo humano na área rural. Dando continuidade, o Sr. André abriu para manifestações e passou a palavra para o Sr. João Primo Baraldi, representante do Sindicato Rural de Rio Claro e Coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação de Água no Meio Rural (CT-Rural), que explanou que a busca pela qualidade da água no meio rural deve ser incentivada, principalmente quanto à viabilidade nas questões operacionais e financeiras. Enfatizou sobre os riscos à saúde humana considerando os fatores de potabilidade da água e o uso de boas práticas relacionadas ao saneamento rural. Na sequência, o Sr. André relatou um questionamento do Sr. Alexandre Luis Almeida Vilella, representante da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico (CT-MH) dos Comitês PCJ, realizado no *chat* da plataforma de videoconferência, que questionou que quando da consulta pública da revisão do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017, o Parecer Técnico nº 02/2022 da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM) foi apresentado ao Ministério da Saúde. A Sra. Roseane informou que não houve, na discussão da revisão do Anexo XX da Portaria de Consolidação nº 05/2017, menção ao saneamento rural. Em seguida, o Sr. Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, representante da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, sugeriu que o Parecer Técnico nº 02/2022 da CT-SAM fosse encaminhado às Secretarias de Estado de Saúde dos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A Sra. Roseana esclareceu que a Portaria GM/MS nº 888/2021 foi publicada pelo Ministério da Saúde, assim, a solicitação de revisão do texto deve ser realizada pela mesma pasta. No entanto, a Sra. Roseane sugeriu encaminhar o Parecer Técnico nº 02/2022, como ciência, para as Secretarias de Estado de Saúde dos Estados de São Paulo e Minas Gerais e Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). Dando prosseguimento, o Sr. André passou a proposta de encaminhamento do Parecer Técnico nº 02/2022 da Câmara Técnica de Saúde Ambiental (CT-SAM), a ser encaminhado,

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

385 para ciência, às Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo
(SEMIL), Companhia Ambiental do Estado de São
Paulo (CETESB), Secretaria de Estado da Saúde do
Estado de São Paulo, Instituto Mineiro de Gestão
das Águas (IGAM) e Secretaria de Estado de Saúde
390 do Estado de Minas Gerais; e ao Ministério das
Cidades (MC) e Secretaria de Vigilância em Saúde
e Ambiente do Ministério da Saúde (SVSA/MS)
como contribuição e melhoria do Plano de
Amostragem e consequente revisão da Portaria
GM/MS nº 888/2021. Em seguida, e não havendo
395 mais manifestações, o Sr. André submeteu o Parecer
Técnico nº 02/2022 da Câmara Técnica de Saúde
Ambiental (CT-SAM), referente a manifestação
sobre a Portaria GM/MS nº 888/2021, com proposta
de plano de amostragem da qualidade da água para
400 consumo humano na área rural, à votação, sendo
aprovado por unanimidade para ser encaminhado as
pastas competentes. **4. Relatório Anual de
Atividades dos Comitês PCJ - exercício 2022,
elaborado em atendimento a meta do Contrato
de Gestão nº 033/2020/ANA, celebrado entre a
405 Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de
Águas e Saneamento Básico (ANA).** O Sr. André
Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria
de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística
(SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-
410 executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL,
explanou que o Contrato de Gestão nº
033/2020/ANA, celebrado entre a Fundação
Agência das Bacias PCJ e a Agência Nacional de
415 Águas e Saneamento Básico (ANA), com
interveniência dos Comitês PCJ, estabelece que
anualmente a Fundação Agência das Bacias PCJ
deve elaborar o Planejamento Anual de Atividades
(PAA) do Comitê de Bacia Hidrográfica (CBH) e
420 de suas instâncias, conforme as diretrizes do
planejamento estratégico e em conformidade com
as orientações dos plenários e diretoria dos Comitês
PCJ. O PAA e seu respectivo Relatório Anual de
Atividades (RAA), que aferirá os resultados do
425 PAA, inserem-se no âmbito do Indicador 1 do
Contrato de Gestão mencionado, o qual diz respeito
à aferição do número de eventos e de reuniões
realizados pelos Comitês PCJ para o exercício
subsequente conforme planejamento. Resultado
430 maior ou menor do número de eventos e reuniões
planejado no período indica que há falha no
planejamento, à exceção da existência de situações
excepcionais, como, por exemplo, de crise hídrica,
devidamente justificadas e apreciadas pelo plenário
435 do CBH. Desse modo, para obter a pontuação

máxima da meta, a execução do número total de
eventos e reuniões planejados deverá estar entre
90% (noventa por cento) e 110% (cento e dez por
cento) do PAA. Para valores abaixo de 90%
440 (noventa por cento) e acima de 110% (cento e dez
por cento), seguirá uma pontuação decrescente para
a meta. O Sr. André informou que foram previstos
80 (oitenta) eventos e/ou reuniões no âmbito dos
Comitês PCJ para o exercício de 2022, sendo
445 realizados 81 (oitenta e um) eventos e/ou reuniões.
Conforme mencionado, a variação limite de mais ou
menos dez por cento não acarreta impacto negativo
na pontuação para a meta. Após os esclarecimentos,
o Sr. André passou a palavra para o Sr. Miguel
450 Madalena Milinski, representante da Associação
Amigos do Horto Florestal Navarro de Andrade
(AAMHOR) e Coordenador-adjunto da Câmara
Técnica de Conservação e Proteção de Recursos
Naturais (CT-RN), que reforçou quanto ao número
455 total de eventos e de reuniões planejadas e
realizadas no exercício 2022 expostos no Relatório
Anual de Atividades (RAA). O Sr. André
acrescentou que o Relatório Anual de Atividades
(RAA) é um documento que contém a descrição e,
460 sobretudo, a avaliação da execução do
Planejamento Anual de Atividades (PAA). Em
seguida, o Sr. André passou a palavra para o Sr.
Luiz Alberto Buschinelli Carneiro, representante da
Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo, que
465 comentou sobre as reuniões do Grupo de
Acompanhamento do Contrato de Gestão nº
033/2020/ANA (GACG-PCJ). O Sr. André
complementou informando que a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 369/21, de 24/06/2021, constituiu,
470 para o período 2021/2023, o Grupo de
Acompanhamento do Contrato de Gestão nº
033/2020/ANA (GACG-PCJ), com a finalidade de
acompanhar a execução do Contrato de Gestão,
firmado entre a ANA e a Fundação Agência das
475 Bacias PCJ. O Grupo foi composto por 5 (cinco)
membros, representantes de órgãos e entidades que
integram o PCJ FEDERAL, de acordo com a
paridade dos seus segmentos. Na sequência, o Sr.
André passou a palavra para a Sra. Patrícia Gobet
480 de Aguiar Barufaldi, Diretora Técnica da Fundação
Agência das Bacias PCJ, que enfatizou que para as
reuniões/eventos que não ocorram e/ou foram
alterados, a planilha do RAA possui um campo
destinado para justificativas. Dando
485 prosseguimento e não havendo mais manifestações,
o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que
aprova o Relatório Anual de Atividades (RAA) dos
Comitês PCJ, referente ao exercício 2022, à

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

490 votação, sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ com
parecer favorável da CT-PL. **5. Relatório Anual de**
Atividades dos Comitês PCJ - exercício 2022,
elaborado em atendimento ao Programa
Nacional de Fortalecimento dos Comitês de
495 **Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS).** O Sr.
André Luiz Sanchez Navarro, representante da
Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e
Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
500 FEDERAL, informou tratar-se do Relatório Anual
de Atividades (RAA) dos Comitês PCJ - exercício
2022, que foi elaborado em atendimento ao
Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês
de Bacias Hidrográficas (PROCOMITÊS), da
505 Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico
(ANA). O preenchimento da planilha que compõe o
Relatório foi baseado nas ações previstas e
realizadas do Plano de Trabalho Anual (PTA) -
exercício 2022. Informou que a planilha contempla
510 uma amostragem das atividades a serem
desenvolvidas em 2023 pelos Comitês PCJ, as quais
estão destacadas nos Anexos I e Anexo II,
atividades que foram executadas em 2022. Por se
tratar de assunto correlatos, ambos são deliberados
515 em um único documento. Após as explicações, o Sr.
André abriu para manifestações e passou a palavra
para o Sr. Miguel Madalena Milinski, representante
da Associação Amigos do Horto Florestal Navarro
de Andrade (AAMHOR) e Coordenador-adjunto da
520 Câmara Técnica de Conservação e Proteção de
Recursos Naturais (CT-RN), que questionou a Ação
3: Realização de Reuniões Ordinárias e
Extraordinárias do CBH e das suas Câmaras
Técnicas, descritas nos Anexos I e II não grifadas
525 nos 2º e 3º trimestre do cronograma. O Sr. André
informou que a ação está vinculada com os
indicadores I.5 - Reuniões Ordinárias; I.6 - Quórum
das Reuniões; e I.8 - Plano de Trabalho e Relatório
de Atividades. Na sequência, o documento foi
530 alterado, grifando o 2º e 3º trimestre do cronograma,
conforme sugestão do Sr. Miguel. Dando
prosseguimento e não havendo mais manifestações,
o Sr. André submeteu a minuta de deliberação que
aprova o Plano de Trabalho Anual - exercício 2023
535 e Relatório de Atividades Anual - exercício 2022,
do CBH-PCJ, em atendimento ao Programa
Nacional de Fortalecimento dos Comitês de Bacias
Hidrográficas (PROCOMITÊS), da Agência
Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), à
540 votação, sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ, com a

alteração no cronograma dos Anexos I e II da Ação
3: Realização de Reuniões Ordinárias e
Extraordinárias do CBH e das suas Câmaras
545 Técnicas. **6. Plano de Aplicação de Recursos da**
Cobrança pelo Uso da Água em Rios de Domínio
do Estado de São Paulo (Cobrança PCJ
Paulista), na área das bacias hidrográficas dos
rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - exercício
550 **2023.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro,
representante da Secretaria de Meio Ambiente,
Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de
São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do
PCJ FEDERAL, explicou que a Deliberação do
555 Conselho de Orientação do Fundo Estadual de
Recursos Hídricos (COFEHIDRO) nº 213/20, de
31/01/2020, estabelece que os Comitês de Bacias
Hidrográficas devem aprovar seus respectivos
Planos Anuais de Aplicação dos Recursos da
560 Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos de
domínio do Estado de São Paulo até o final do mês
de abril do exercício a que se refere. O referido
Plano formaliza a previsão de arrecadação da
Cobrança PCJ Paulista para o exercício 2023 e os
565 ajustes da receita para investimento do ano anterior.
Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o
Sr. Tony Segatto, Coordenador Financeiro da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou
as informações referentes ao Plano de Aplicação de
570 Recursos da Cobrança PCJ Paulista - exercício
2023. O montante de R\$ 20.849.000,00 (vinte
milhões, oitocentos e quarenta e nove mil reais) foi
a previsão de arrecadação de recursos financeiros
para o exercício 2023. O Sr. Tony apresentou o
575 resumo da receita e o custeio (com alocação da
previsão de arrecadação de dez por cento para os
custeios da Fundação Agência das Bacias PCJ) -
R\$ 20.209.000,00 (vinte milhões, duzentos e nove
mil reais) referente a previsão de arrecadação do ano
580 de 2022 e R\$ 21.853.015,57 (vinte e um milhões,
oitocentos e cinquenta e três mil, quinze reais e
cinquenta e sete centavos) efetivamente
arrecadados; R\$ 2.020.900,00 (dois milhões, vinte
mil e novecentos reais) referentes a previsão de
585 alocação para custeio do ano de 2022 e
R\$ 2.032.185,25 (dois milhões, trinta e dois mil,
cento e oitenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
de repasse efetivo para custeio. Explanou ainda o
detalhamento das despesas de custeio referentes a
590 alocação da previsão de arrecadação dos custos
operacionais da cobrança, atividades de Secretaria
Executiva, outras despesas de custeio e pessoal (dez
por cento para os custeios da Fundação Agência das
Bacias PCJ). Informou o balanço dos rendimentos

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

595 realizados quanto dos ajustes do exercício 2022 e
previsões para o exercício 2023; a taxa de
administração do Agente Financeiro previstos para
o ano de 2022, desembolso efetuado no exercício
2022 e previsão para o exercício 2023. Na
600 sequência, o Sr. André passou a palavra para a Sra.
Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da
Coordenação de Projetos da Fundação Agência das
Bacias PCJ, que informou que o Anexo III trata da
memória de cálculo de investimento contemplando
605 os empreendimentos financiados com recursos da
Cobrança PCJ Paulista para apurar eventuais saldos
de contratos a serem utilizados no exercício
subsequente. Após os esclarecimentos, o Sr. André
informou que existem 2 (dois) aportes financeiros
610 que não foram incluídos no Plano de Aplicação de
Recursos da Cobrança PCJ Paulista - exercício
2023, um referente ao *stand* do Fórum Paulista de
Comitês de Bacias Hidrográficas para ser exposto
no XXV Encontro Nacional de Comitês de Bacias
615 Hidrográficas (ENCOB), que será realizado em
Natal/RN entre os dias 21 a 25/08/2023; e o outro
um referente ao aporte financeiro para a retomada
do Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em
Recursos Hídricos. O Sr. André ressaltou que, por
620 solicitação da SECOFEHIDRO, pode ocorrer a
necessidade de ajustes no Plano e propôs que caso
seja necessário, o ajuste será realizado até
30/03/2023 e informado durante a realização da 29ª
Reunião Ordinária dos Comitês PCJ. Dando
625 sequência, o Sr. André abriu para manifestação dos
membros e passou a palavra para a Sra. Ana Lúcia
Floriano Rosa Vieira, representante da Associação
Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento
(ASSEMAE) e Coordenadora da Câmara Técnica
630 de Educação Ambiental (CT-EA) dos Comitês PCJ,
que reforçou que o Diálogo Interbacias é um evento
importante para discutir sobre o papel dos comitês
de bacias na minimização dos impactos da crise
hídrica, por meio da educação ambiental e da
635 mobilização da sociedade. Não havendo mais
manifestações, o Sr. André submeteu a minuta de
deliberação que aprova o Plano de Aplicação dos
Recursos da Cobrança pelo Uso da Água em Rios
de Domínio do Estado de São Paulo, na área das
640 Bacias Hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e
Jundiá - Cobrança PCJ Paulista - exercício 2023, à
votação, sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada aos Plenários dos Comitês PCJ. **7.**
Análise de recursos de qualificação de
empreendimentos de Demanda Priorizada
visando à indicação para obtenção de
financiamento com recursos da Cobrança PCJ
645

Paulista, referente ao orçamento de 2023. O Sr.
André Luiz Sanchez Navarro, representante da
650 Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e
Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e
Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, explanou tratar da análise de recursos
de qualificação de empreendimentos de Demanda
655 Priorizada visando à indicação para obtenção de
financiamento com recursos da Cobrança PCJ
Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da
Compensação Financeira pela Utilização dos
Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
660 Elétrica (CFURH), referente ao orçamento de 2023.
Em seguida, o Sr. André passou a palavra para a Sra.
Lívia Maria Ongaro Modolo, Analista Técnica da
Coordenação de Projetos da Fundação Agência das
Bacias PCJ, que informou que o cronograma e a
665 regra para a seleção de empreendimentos de
Demanda Priorizada foram definidos pela
Deliberação dos Comitês PCJ nº 420/22, de
04/10/2022. Informou quais foram os critérios
gerais para seleção e indicação dos
670 empreendimentos, destacando os PDC, Sub-PDC e
ações financiáveis. Destacou os principais meios de
sensibilização adotados pela Fundação Agência das
Bacias PCJ com orientações gerais para elaboração
dos pleitos pelos interessados. A Sra. Lívia
675 informou um total de 43 (quarenta e três) inscritos,
totalizando um valor de repasse de
R\$ 26.604.856,73 (vinte e seis milhões, seiscentos e
quatro mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e
setenta e três centavos). Explanou que após a etapa
680 de inscrição dos empreendimentos houve a análise
pela Fundação Agência das Bacias PCJ, órgãos
licenciadores, outorgantes e Câmaras Técnicas dos
Comitês PCJ e os resultados foram divulgados em
30/01/2023 no sítio eletrônico da Fundação Agência
685 das Bacias PCJ, com a classificação de 40
(quarenta) e indeferimento de 3 (três)
empreendimentos. Considerando o período de
apresentação de recursos e a protocolização de 3
(três) pedidos de recursos, sendo: i) Prefeitura
690 Municipal de Engenheiro Coelho, empreendimento
“Confecção do Plano de Saneamento Rural de
Engenheiro Coelho”; ii) Prefeitura Municipal de
Analândia, empreendimento “Plano de Saneamento
Rural da Estância Climática de Analândia”; e iii)
695 Prefeitura Municipal de Charqueada,
empreendimento “Plano Diretor de Macrodrenagem
do município de Charqueada/SP”. As solicitações
de recursos foram enquadradas no Art. 18 da
Deliberação dos Comitês PCJ nº 420/22, que veta a
700 participação de empreendimentos que não constem

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)

CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

na relação de prioridades elencadas no Anexo V ao XII da referida deliberação. A Sra. Livia esclareceu que o município de Engenheiro Coelho foi retirado da lista de priorizados, equivocadamente. Tal remoção foi feita partindo da interpretação errônea de que o mesmo, por não ser membro dos Comitês PCJ, estaria impedido de captar recursos financeiros advindos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) junto aos Comitês PCJ. O município de Engenheiro Coelho, considerando a metodologia de priorização adotada, estaria ocupando o 16º lugar da listagem de priorizados divulgada no Anexo VI da Deliberação dos Comitês PCJ nº 420/22, sendo habilitado para captação de recursos. Após as explicações, o Sr. André reforçou que, dentre outras, a Câmara Técnica de Planejamento dos Comitês PCJ (CT-PL) tem atribuição de validar a análise dos recursos, nesse sentido foi aberta a palavra aos membros para manifestação quanto aos recursos apresentados pela Prefeitura Municipal de Engenheiro Coelho, Prefeitura Municipal de Charqueada e Prefeitura Municipal de Analândia. Após as manifestações, o Sr. André submeteu a proposta de indeferimento dos empreendimentos apresentados pela Prefeitura Municipal de Charqueada e Prefeitura Municipal de Analândia e o deferimento do empreendimento pleiteado pela Prefeitura Municipal de Engenheiro Coelho, à votação, sendo aprovada por unanimidade. **8. Relatório sobre a execução das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 - exercício 2022.** O Sr. André Luiz Sanchez Navarro, representante da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (SEMIL) do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, informou que no âmbito do Contrato de Gestão nº 033/2020/ANA, firmado entre a Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA) e a Fundação Agência das Bacias PCJ e por intermédio da Deliberação dos Comitês PCJ nº 417/22, de 04/10/2022 que atualizou o Plano de Aplicação Plurianual das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá - PAP-PCJ para o exercício 2021 a 2025, delegou à Câmara Técnica do Plano de Bacias (CT-PB) a elaboração e encaminhamento à Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL), até 28 de fevereiro de cada ano, parecer sobre a execução das ações e possíveis ajustes previstos para o PAP-PCJ 2021-2025. O Relatório de execução das ações previstas no PAP-PCJ 2021-2025 - exercício 2022 foi elaborado pela Fundação Agência das Bacias PCJ e apresentou a efetivação da aplicação dos

recursos financeiros advindo da Cobrança PCJ Federal, contribuindo com a transparência e clareza do processo de implementação do Plano de Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá 2020-2035. Na sequência, o Sr. André passou a palavra para o Sr. Diogo Pedrozo, Analista Técnico da Coordenação de Sistemas de Informação da Fundação Agência das Bacias PCJ, que apresentou informações quanto à execução financeira das ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 - exercício 2022. O Sr. Diogo informou que 57,6%, correspondente a R\$ 22.494.267,12 (vinte e dois milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, duzentos e sessenta e sete reais e doze centavos) do recurso financeiro autorizado no Plano de Execução Orçamentária Anual (POA) 2022 foi empenhado e 34,65% do recurso empenhado foi desembolsado no período, o que representa R\$ 7.795.075,81 (sete milhões, setecentos e noventa e cinco mil, setenta e cinco reais e oitenta e um centavos). Ressaltou que quando da execução financeira do exercício 2022, com exceção da Finalidade 2 “Agenda Setorial”, as finalidades “Gestão de Recursos Hídricos”, Apoio ao Comitê de Bacia Hidrográfica” e “Manutenção do Comitê de Bacia Hidrográfica e da Entidade Delegatária” foram executados mais de 50% (cinquenta por cento) do autorizado. O Sr. Diogo apresentou a execução física das ações com informações referentes às metas físicas estabelecidas pela Deliberação nº 417/22, de 04/10/22 e executadas no exercício 2022. Apontou as necessidades de alterações nas metas estabelecidas visando métricas mais condizentes com a execução e retratou os principais desafios do exercício 2022. Já para os próximos exercícios, o Sr. Diogo explicou que foram definidos como desafios a aproximação com o cenário intermediário do PBH-PCJ 2020-2035 abrangendo ações de priorização para investimentos, divulgação, conscientização e mobilização dos atores envolvidos, acompanhamento das metas físicas, acomodação dos recursos financeiros não contratados e execução das ações. Em relação à proposta de alteração do PAP-PCJ 2021-2025, o Sr. Diogo informou que o balanço do POA-PCJ 2022, aprovado pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 387/21, de 10/12/2021, apresentou arrecadação menor que o previsto, rendimentos financeiros superior ao previsto, ações contratadas com economia orçamentária e ações que estavam previstas para contratação em 2022 e não ocorreram por motivos diversos. Informou que da receita que

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO DOS COMITÊS PCJ (CT-PL)

Ata da 88ª Reunião Ordinária da CT-PL

Reunião por videoconferência – 03/03/2023 – 9:00 horas

810 foi prevista para o ano de 2022 no valor de
R\$ 39.063.888,85 (trinta e nove milhões, sessenta e
três mil, oitocentos e oitenta e oito reais e oitenta e
cinco centavos) foram realizados o montante de
815 R\$ 36.843.432,82 (trinta e seis milhões, oitocentos
e quarenta e três mil, quatrocentos e trinta e dois
reais e oitenta e dois centavos). Considerando as
entradas e despesas não realizadas no período, o
820 saldo efetivo de 2022 foi de R\$ 13.614.969,05 (treze
milhões, seiscentos e catorze mil, novecentos e
sessenta e nove reais e cinco centavos) que deverão
ser replanejados e distribuídos em ações nos
próximos anos de vigência do PAP-PCJ, ou seja,
825 entre 2023 e 2025. O maior volume de alteração se
deu para o ano de 2023 onde o provisionado será de
R\$ 34.079.498,74 (trinta e quatro milhões, setenta e
nove mil, quatrocentos e noventa e oito reais e
setenta e quatro centavos) para R\$ 44.987.414,77
830 (quarenta e quatro milhões, novecentos e oitenta e
sete mil, quatrocentos e catorze reais e setenta e sete
centavos), sendo que há alterações para 2024 e
2025. O Sr. Diogo explicou que saldos do custeio da
Fundação Agência das Bacias PCJ não são
835 redistribuídos e passam a compor a reserva
orçamentária da instituição, cujo uso é decidido por
seu Conselho Deliberativo. Nas considerações
840 finais, o Sr. Diogo destacou que ainda há reflexos

das ações decorrentes da pandemia de Covid-19 e
835 que houve o aumento do empenho de recursos em
2022 comparado a 2021; destacou que foi realizado
o empenho de 57% (cinquenta e sete por cento) dos
recursos previstos para 2022 e que houve o
desembolso de 37% (trinta e sete por cento) dos
840 recursos frente ao que foi empenhado. Após as
explicações, o Sr. André reforçou que como a
proposta de alteração do Plano de Aplicação
Plurianual (PAP-PCJ) 2021-2025 ficou abaixo de
10% (dez por cento) do montante global, a
845 aprovação da alteração pode ser feita apenas pelos
membros da Câmara Técnica de Plano de Bacias
(CT-PB), não sendo necessário a tramitação
posterior conforme disciplinado na Deliberação dos
Comitês PCJ nº 417/22. Em seguida, o Sr. André
850 informou que o referido Relatório foi apreciado e
aprovado na integralidade, em 15/02/2023, durante
a 98ª Reunião Ordinária da CT-PB. Dando
sequência, o Sr. André abriu para manifestações e
não havendo, submeteu o Relatório de Execução das
855 ações previstas no Plano de Aplicação Plurianual
(PAP-PCJ) 2021-2025 - exercício 2022, à votação,
sendo aprovado por unanimidade. **9.**
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr.
André agradeceu a participação de todos e deu por
860 encerrada a reunião.

André Luiz Sanchez Navarro
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL e Coordenador da
Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL)